

A HISTÓRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ENCruzilhada DO SUL - RS PERIODIZADOS SEGUNDO A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

*Rafael Perez Ribas**
*Lovois de Andrade Miguel***

Resumo

Encruzilhada do Sul foi um dos municípios selecionados pelo Programa de Pesquisa Interdisciplinar, do PGDR/UFRGS, para realizar sua investigação sobre a decadência econômica da "Metade Sul" do Rio Grande do Sul. No estudo de sua herança "sesmeira-pecuarista", constata-se que essa em muito pautou as históricas e atuais relações existentes entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação de seu espaço. O presente artigo tem por objetivo analisar a evolução e a diferenciação da estrutura socioeconômica do município, fazendo uma reflexão sobre sua história e o seu desenvolvimento em si, através de uma abordagem voltada aos sistemas agrários. A concentração de terras reforçada pelo modelo modernizador constitui-se num entrave estrutural a outro modelo de desenvolvimento. Grande parte dos municípios da "Metade Sul" passou por um processo semelhante ao de Encruzilhada do Sul, já que esses locais foram construídos socialmente dentro de um espaço e de um tempo comum.

Palavras-chave: Encruzilhada do Sul-RS; Sistemas Agrários; "Metade Sul".

Abstract

THE HISTORY OF SOCIAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT OF ENCruzilhada DO SUL-RS. AN APPROACH THROUGH AGRARIAN SYSTEMS

-
- * Economista formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrando em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG).
 - ** Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola pelo Institut National Agronomique Paris Grignon (INA-PG), França, e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

- Encruzilhada do Sul was one of the counties selected by the Interdisciplinary Research Program, of PGDR/UFRGS, to realize its investigation about the economic decadence of the Southern region of Rio Grande do Sul. In the study of its "cattle farming" bequest, there's evidence that it determined the historical and current relationships between small and large farmers in their space occupation. This paper has the objective of analyzing the evolution and the differentiation of the county's socioeconomic structure, reflecting about its history and development, through an agrarian system approach. Land concentration, reinforced by the modernization model, constitutes a structural drawback to a different model of development. A large part of the Southern Region counties has experienced similar processes, since they were socially constructed in the same space and time period.

Keywords: Encruzilhada do Sul-RS, Agrarian systems, south region of Rio Grande do Sul State.

INTRODUÇÃO

A "Metade Sul", mesorregião geográfica do Estado do Rio Grande do Sul, sofreu, em termos gerais, um processo de baixo crescimento econômico, com enfraquecimento do dinamismo produtivo, e uma estagnação social em relação às demais regiões gaúchas. As evidências dessa relativa decadência são decorrentes, em especial, da situação experimentada pelos principais setores produtivos como a pecuária de corte extensiva, a orizicultura e o setor agroindustrial tradicional (conservas e carnes), e seus reflexos sobre o desemprego, sobre a perda de recursos para investimentos sociais e sobre a perda relativa do poder dos políticos locais frente ao Estado e a União.

Incluído nessa região e, conseqüentemente, nesse processo, Encruzilhada do Sul foi um dos municípios selecionados pelo Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER)¹, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para realizar sua investigação. Através desse programa, constatou-se que o local apresenta uma situação demográfica de significativo êxodo rural, decorrência da dificuldade que certos grupos de agricultores locais enfrentam na busca de assegurar sua reprodução social e material (PGDR, 2003). O projeto ainda aponta que diversas iniciativas têm sido propostas por órgãos públicos para reverter este processo, todavia sem uma análise aprofundada da

¹ O Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER) é desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com diversas outras entidades do Brasil e do exterior, sendo esse um programa voltado ao desenvolvimento de pesquisas, de cunho multi e interdisciplinar, sobre a problemática rural na Região Sul do Rio Grande do Sul.

realidade local e da complexidade das relações entre os vários fatores envolvidos no surgimento dos ditos "problemas" (PGDR, 2001; PGDR, 2003).

Encruzilhada do Sul apresenta uma vasta extensão geográfica (3.438,5km²), 13ª maior entre os municípios gaúchos, com uma elevada diversidade social em seu interior, tendo também uma grande importância histórica e cultural, para a "Metade Sul" assim como para o Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência de sua localização² e de seu sistema produtivo predominante, baseado na pecuária. No estudo de sua herança "sesmeira-pecuarista", constata-se que essa em muito pautou as históricas e atuais relações existentes entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação de seu espaço.

O presente artigo tem por objetivo analisar a evolução e a diferenciação da estrutura socioeconômica, com suas interações dentro do ambiente no qual estão inseridas, fazendo uma reflexão sobre a história de Encruzilhada do Sul e seu desenvolvimento em si. Este tipo de estudo visa conhecer as reais características físicas e socioeconômicas, os conflitos no uso dos recursos e a necessidade de adaptação de novos grupamentos econômico-sociais, oriundos de outros sistemas distintos, deste município e, conseqüentemente, da região onde está inserido, a Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul.

1 METODOLOGIA

No enfoque gradualista das mudanças sociais, North (1990) enfatiza que a explicação das causas para o desenvolvimento possui um caráter histórico e evolutivo. Há, ao longo do tempo e segundo o autor, escolhas políticas e econômicas que oferecem alternativas reais, ligadas ao processo de decisões, para o futuro de uma sociedade. No entanto, uma vez escolhido o caminho de desenvolvimento "*the network externalities, the learning process of organizations, and the historically derived subjective modeling of the issues reinforce the course*" (p. 99).

A análise da formação histórica do espaço geográfico aqui descrita baseia-se na teoria dos sistemas agrários³. Esta teoria, proposta por Mazoyer & Roudart (2001), é concebida como o instrumento que permite a apreensão da complexidade e a percepção das transformações históricas e da diversidade geográfica das agriculturas humanas nos

² Encruzilhada do Sul situa-se a 30° 32' 25" de latitude Sul e 52° 31' 20" de longitude W. Gr. Com uma altitude média de 420 metros acima do nível do mar, o município está localizado, em relação ao Brasil, na Região Sul; em relação ao Rio Grande do Sul, na Região Sudeste; em relação à Região Sudeste, localiza-se à margem direita da Laguna dos Patos entre as bacias dos rios Camaquã e Jacuí (IBGE, 1958).

³ "Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento" (MAZOYER, 1987, *apud* INCRA/FAO, 1999, p.21).

mais diversos espaços globais. Analisar e conceber a agricultura praticada num momento e espaço determinados consiste em decompô-la em dois subsistemas principais, o “ecossistema cultivado” e o “ecossistema social produtivo”, além de estudar a organização e o funcionamento de cada um destes e suas inter-relações (MAZOYER & ROUDART, 2001).

Na aproximação com a área de estudo, foi realizado um levantamento de documentos históricos, estatísticos e cartográficos do município e do Estado, resgatando informações referentes à organização e à composição social, formas de produção e manejo agrícola e limites do espaço geográfico, todos estes inseridos num eixo temporal. As informações obtidas foram levantadas através de entrevistas com lideranças locais e de documentos resgatados nas seguintes entidades: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Museu Histórico Municipal de Encruzilhada do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 DIFERENCIAÇÃO DO AMBIENTE

Através da leitura de paisagem em Encruzilhada do Sul, analisando aspectos gerais, como as grandes formas de relevo, as formações vegetais e os diferentes territórios agrícolas, buscou-se questionar se as heterogeneidades correspondiam com as variações na forma de exploração dos agroecossistemas locais. Com o resultado da leitura, delimitou-se três zonas: uma zona correspondente a um oitavo da área municipal, compreendida entre a Planície do Rio Camaquã e a Encosta da Serra do Sudeste; e outras duas zonas localizadas na Serra do Sudeste, separadas por uma região de campo, uma ocupando aproximadamente 35% do espaço municipal, e outra de mata, ocupando a metade do município. Estas zonas são ilustradas no mapa a seguir.

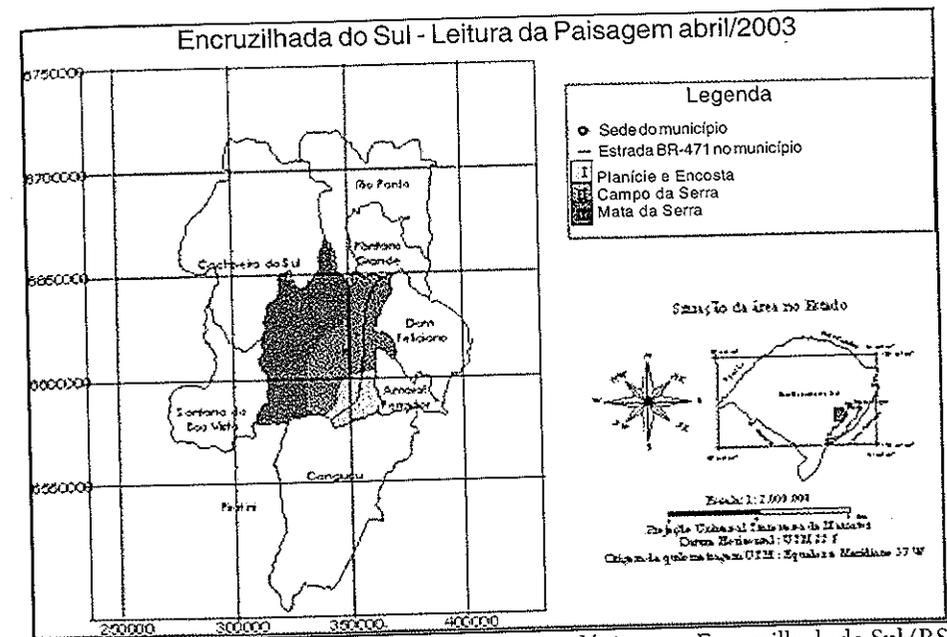


Figura 1 - Mapa ilustrativo das zonas agroecológicas em Encruzilhada do Sul/RS
Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

A zona envolvendo a Planície do rio Camaquã e a Encosta da Serra caracteriza-se pela presença de campos limpo e sujo, com um solo de inundações frequentes e propício à exploração de culturas permanentes e de pastagem nativa. Neste ambiente, há a predominância de propriedades agrícolas entre 500ha a 2.000ha, com mão-de-obra familiar e principalmente contratada, cultivando culturas anuais como arroz e soja, além da criação pecuária extensiva de corte. A agricultura é a mais desenvolvida dentre as três regiões, com motomecanização e cultivo de sementes selecionadas, tendo assim os maiores ganhos de produtividade.

Na Serra, a vegetação natural da zona de campo espelha atualmente um “clímax de fogo”, com a presença de gramíneas resistentes às queimadas e ao gado; sendo que o solo permite, assim como na Planície, o cultivo de culturas permanentes. Porém, a presença de uma faixa de terras englobando quase toda zona, com afloramento de rocha e declividade não permite o cultivo continuado de culturas anuais. Em termos de estrutura fundiária, essa zona apresenta uma maior diversidade, ocorrendo três tipos de produtores: os familiares, produzindo diversas culturas de subsistência, com criação de pecuária extensiva de corte e leiteira; os estancieiros tradicionais, criadores de bovinos de corte e ovinos, utilizando mão-de-obra familiar e, em menor número, contratada; e, os empresariais, geralmente provindos de outros municípios e regiões, dispoendo de áreas entre 100 a 500 hectares utilizados para fruticultura e para extração de rochas, como mármore e

granito. A agricultura caracteriza-se pela baixa motomecanização e, no caso dos produtores empresariais, a mão-de-obra contratada é local ou externa, dependendo da atividade.

Com um solo raso e com afloramento de rocha, pouco propício à exploração agrícola, a zona da Mata caracteriza-se pela presença de agricultores familiares empobrecidos, alguns deles trabalhadores temporários em outras propriedades. Porém, com um ambiente apropriado à silvicultura e à exploração de minérios, identificam-se uma vasta extensão de terra utilizada pela indústria madeireira, voltada ao reflorestamento, e algumas áreas voltadas à extração mineral. Cabe salientar que algumas das propriedades rurais são quase que permanentemente inacessíveis por veículos automotores, em decorrência de relevo acidentado e das condições das estradas de acesso.

Dado esta descrição espacial do município, a seção a seguir descreve como esta área de estudo foi sendo ocupada, explorada e modificada ao longo do tempo.

3 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA EM CADA SISTEMA AGRÁRIO

Encruzilhada do Sul foi palco de diversos momentos da trajetória histórica da ocupação européia no Rio Grande do Sul. São fatos que influíram e marcaram o ambiente local, na evolução e na diferenciação dos sistemas agrários, e determinaram a história econômica e social do município. As características de cada sistema agrário estão sintetizadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Encruzilhada do Sul/RS

SISTEMAS AGRÁRIOS CARACTERIZAÇÃO	SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA Até 1640	SISTEMA AGRÁRIO JESUÍTICO De 1640 até 1756	SISTEMA AGRÁRIO DE SESMARIAS/ ESTÂNCIAS De 1756 até 1900
Exploração do ecossistema natural e do ecossistema cultivado.	Coleta, agricultura e pesca artesanal.	Campo (Serra e Planície): Pecuária extensiva. Mata: coleta e agricultura.	Campos (Serra): agricultura e captura de gado. Mata: extração. Planície e Encosta: pecuária extensiva.
Meios de produção: Plantas, culturas, instrumentos equipamentos, força de trabalho.	Milho, mandioca. Ferramentas manuais. Mão-de-obra familiar.	Milho, mandioca, bovinos e coleta de erva-mate. Ferramentas manuais. Mão-de-obra familiar.	Erva-mate, bovinos, madeira e trigo. Equipamentos de tração animal e manuais. Mão-de-obra familiar e escrava.

continua...

...continuação

SISTEMAS AGRÁRIOS CARACTERIZAÇÃO	SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA Até 1640	SISTEMA AGRÁRIO JESUÍTICO De 1640 até 1756	SISTEMA AGRÁRIO DE SESMARIAS/ ESTÂNCIAS De 1756 até 1900
Modo de artificialização do meio.	Agricultura de queimadas (<i>coivaras</i>).	Agricultura de queimadas (<i>coivaras</i>). Pastejo de animais.	Agricultura de queimada e pousio. Pastejo de animais.
Divisão social do trabalho.	Tribos. Homens e mulheres.	Estâncias.	Proprietário (família), escravos e homens livres.
Relações de troca.	Autoconsumo.	Autoconsumo. Escambo com outras estâncias e povoados.	Comercialização de gado, trigo e erva-mate. Autoconsumo.
Excedente agrícola.		Destinado aos Sete Povos.	Gado e trigo via rio Camaquã e Laguna dos Patos. Erva-mate via terrestre pela Serra.
Transição para o Sistema Agrário seguinte.	Abandono das Reduções. Formação das Estâncias Jesuíticas.	Guerra Guarânica. Concessão das Sesmarias.	Fim da indústria do charque. Abolição da escravatura. Cercamento das terras.

SISTEMAS AGRÁRIOS CARACTERIZAÇÃO	SISTEMA AGRÁRIO PRÉ-MODERNO De 1900 até 1950	SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO A partir de 1950
Exploração do ecossistema natural e do ecossistema cultivado.	Campos (Serra): culturas do trigo, milho, feijão, entre outras de subsistência; pecuária tradicional. Mata: milho e feijão. Planície e Encosta: pecuária empresarial e cultura do arroz.	Campos (Serra): culturas do trigo, milho, soja, feijão, pecuária tradicional. Mata: extração vegetal e silvicultura. Planície e Encosta: pecuária empresarial, arroz irrigado.
Meios de produção: Plantas, culturas, instrumentos equipamentos, força de trabalho.	Trigo, milho, feijão, batata, fruticultura, mandioca, cana-de-açúcar; bovinos, ovinos; fumo. Serra: tração animal, mão-de-obra familiar. Mata: ferramentas manuais, mão-de-obra familiar. Planície: equipamentos de tração animal e manual; mão-de-obra contratada.	Trigo, milho, feijão, soja, fumo; bovinos, ovinos, suínos; madeira. Serra: tração animal e motomecânica, mão-de-obra familiar. Mata: ferramentas manuais, mão-de-obra familiar. Planície: tração motomecânica; mão-de-obra contratada.
Modo de artificialização do meio.	Agricultura de queimada e pousio. Pastejo de animais.	Agricultura de pousio. Utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Pastejo de animais. Cultivo de pastagens.
Divisão social do trabalho.	Proprietário (família) e trabalhadores contratados.	Proprietário (família) e trabalhadores contratados.
Relações de troca.	Comercialização de carne, lã, trigo, feijão, arroz e fumo.	Comercialização de animais e derivados, milho, arroz, trigo, soja fumo e lenha.
Excedente agrícola.	Gado e arroz via rio Camaquã ou terrestre. Fumo, trigo e lã via terrestre.	Bovinos, ovinos, arroz, trigo, soja, milho e fumo via terrestre, pelo sul ou pelo norte.

continua...

SISTEMAS AGRÁRIOS CARACTERIZAÇÃO	SISTEMA AGRÁRIO PRÉ-MODERNO De 1900 até 1950	SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO A partir de 1950
Transição para o Sistema Agrário seguinte.	Revolução verde. Investimentos em energia elétrica, silos para forragem e irrigação. Utilização de defensivos agrícolas, adubos e força de tração motomecânica.	(possivelmente) Falência de propriedades familiares. Assentamentos rurais. Melhoria das estradas. Investimentos em silvicultura, fruticultura e mineração.

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Ao constatar que estas foram as formas de exploração do ambiente e organização produtiva local ao longo da história, a seguir são colocadas algumas considerações relevantes, em termos de composição socioeconômica, em cada um destes períodos.

3.1 Sistema Agrário Indígena - até 1640 - e Sistema Agrário Jesuítico - 1640 a 1756

Os primeiros grupos que habitaram a região onde hoje se insere o município foram identificados como os Cerritos e os Guaranis. Os Guaranis tinham sua origem vinculada aos matos que circundavam o curso dos rios, sendo possivelmente o grupo mais forte e mais desenvolvido a habitar o Rio Grande do Sul no período pré-histórico. As áreas ao Sudeste do Estado eram habitadas pelos Gês-guaranizados, mais especificamente pelo subgrupo dos Arachanes, e, mais ao Sul, pelos Mbaías, representados pela nação Charrua (ACRI, 1985).

Segundo Pesavento (1984), por volta de 1640, devido às expedições bandeirantes que tinham por finalidade o apresamento de índios para servirem de escravos⁴, as reduções indígenas foram sendo abandonadas, com os índios migrando para as terras existentes na outra margem do rio Uruguai. Com o abandono das terras, o gado criado até então foi deixado para trás. Sendo que este acabou se reproduzindo livremente, originando um rebanho vacum conhecido como a "Vacaria del Mar".

As incursões bandeirantes cessam em 1641, quando o tráfico negreiro é restabelecido, não havendo mais a necessidade de capturar índios. Vinte anos depois, os jesuítas espanhóis atravessam o Rio Uruguai para catequizar os guaranis, tendo a finalidade de formar novas reduções, com estâncias e lavouras, barrando o avanço português que partia do litoral para o interior (SOUZA, 2001; FLORES, 1996).

No final do século XVII, a imensa "vacaria", deixada por indígenas, torna-se um atrativo especial para o ciclo minerador que se processava na zona das "Gerais". Assim, o "Continente do Rio Grande" tornou-se um palco de lutas entre os diferentes grupos

⁴ Entre 1636 e 1641, a ação dos bandeirantes visava o apresamento do índio para que servisse como escravo nas plantações da cana-de-açúcar do Nordeste e do centro da Colônia portuguesa.

que se entrecruzavam na disputa pelo gado (PESAVENTO, 1992). Segundo Cotrim (2003), com a fundação da cidade de Rio Grande em 1737 os militares portugueses começaram a fazer incursões a regiões como a serra dos Tapes e serra do Herval, onde se insere o município de Encruzilhada do Sul. Os Tapes, sob a direção dos jesuítas espanhóis, passaram a formar na região uma guarda avançada para obstruir as incursões portuguesas às estâncias jesuíticas⁵, que abasteciam de gado os Sete Povos (FLORES, 1996).

Após o Tratado de Madri de 1750 que, entre suas cláusulas, concedia aos portugueses a antiga estância jesuítica de São Lourenço, em 1756, um exército de portugueses e espanhóis derrota os indígenas e expulsa os jesuítas, na chamada Guerra Guarânica. Em decorrência, os Tapes deixam a região e o objetivo do Tratado é obtido com a tomada das terras, encerrando o período do Sistema Agrário Jesuítico.

3.2 Sistema Agrário de Sesmarias/Estâncias - 1756 a 1900

Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ocorre uma ligação do extremo sul à economia colonial brasileira, através do transporte de animais de corte e tração, realizado pelos tropeiros, para essas regiões (CEEE e SECRETARIA DA CULTURA, 1998). Os tropeiros enriquecidos passaram a reivindicar terras para se dedicarem à criação de gado, e no cruzamento de interesses entre a criação e o contrabando, foram concedidas terras em Sesmarias tanto a eles quanto a soldados por seus méritos e conquistas⁶ (PESAVENTO, 1992).

As estâncias foram se formando sem que o panorama de conflitos se amainasse. "Estruturava-se uma sociedade pecuarista e militarizada, orientada pelos valores guerreiros, baseada na violência do mando e no exercício irrestrito da autoridade" (PESAVENTO, 1992, p. 13). Na forma de ocupação das terras por homens "rudes e ambiciosos", é crível para Cardoso (1977) que a "sociedade pastoril" não se constituiu por uma ordem democrática. Houve a transferência para o sul do mesmo sistema de organização do trabalho e de poder vigente no resto da Colônia: "a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso dos agregados". (CARDOSO, 1977, p. 95)

A colonização do Sul do Brasil começa a ser pensada pela Coroa Portuguesa com a vinda de casais açorianos, objetivando o uso das terras, alimentação das tropas e o surgimento de povoados e cidades, consolidando a ocupação do território. Apesar dos

⁵ Toda a área pertencente ao atual município de Encruzilhada do Sul pertencia na época à Estância São Lourenço.

⁶ As Sesmarias eram glebas de terra com três léguas de comprimento por uma de largura, equivalente a 13.068 hectares (SOUZA, 2001). A concessão delas extingue-se no Brasil, por lei, em 1822 (KLIEMANN, 1986).

açorianos cultivarem em pequena escala um grande número de produtos (ROCHE, 1969), Kliemann (1986) aponta que o objetivo de Portugal, de instaurar núcleos de pequenas e médias propriedades rurais com o patrocínio à imigração, não foi atingido. Os colonos acabaram contribuindo para o fortalecimento do latifúndio, já que muitos enriqueceram com o cultivo do trigo, se tornando estancieiros, ou foram agraciados com terras, ao mobilizarem-se no conflito contra os “castelhanos” (PESAVENTO, 1992).

Outro fator que auxiliou o não cumprimento do objetivo, levantado por Rüdiger (1965, *apud* KLIEMANN, 1986), foi o isolamento desses colonos entre as terras já apossadas pela pecuária, que contribuiu para o empobrecimento do solo e para a baixa produtividade, resultando na migração destes para as cidades e na anexação de suas propriedades a dos estancieiros, aumentando a incidência dos grandes latifúndios.

Em Encruzilhada, o início do assentamento dos primeiros sesmeiros ocorre em 1771, na Encosta do Cerro Partido, no Vale do rio Camaquã e no altiplano, onde hoje está edificada a cidade. Nos primeiros esforços de colonização do povoado, migraram para os terrenos do sesmeiro Antônio Machado de Bitencourt vários colonizadores, provenientes das ilhas dos Açores, de Laguna, de São Paulo e de Rio Pardo, além de indígenas provenientes das Missões (IBGE, 1958; FLORES, 1996). Quando o regimento dos dragões instala as Guardas de Encruzilhada, empenhadas em rechaçar o invasor espanhol, o povoado começa a surgir no cenário da capitania. Em 1799, o oratório de Santa Bárbara é elevado à condição de capela da curada, que mais tarde é declarada filial privilegiada da Igreja do Rosário da Vila de Rio Pardo, constituindo um fator ponderável para o adensamento de um núcleo populacional já em formação (IBGE, 1958).

Apesar da decadência nas minas, ao final do século XVIII, provocar o retraimento da procura por animais de corte e transporte, produtos como o charque e o trigo impulsionaram a economia sulina. Através destes dois produtos, a economia rio-grandense se mercantilizava com uma produção especializada que objetivava o mercado interno brasileiro (PESAVENTO, 1984). O fluxo de trocas entre o Continente de São Pedro e os mercados externos resultou em um acúmulo de renda.

Para Cardoso (1977), neste momento, onde crescia a “demanda por braços” em decorrência da expansão dos trigais, a expansão da economia refletiu-se em compra de escravos. Para o autor, o negro supria basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento, sendo utilizado em lidas urbanas, agricultura e atividade pastoril. Até o início do século XIX, na preia ao gado, a presença do escravo foi relativamente pouco proveitosa, sendo ele mais utilizado em serviços domésticos do que de peão.

Com o enriquecimento dos senhores de terra, gado e charqueadas, solidificando o prestígio das armas, a Coroa Portuguesa legitimou o poder local desses, distribuindo cargos e tarefas. Estes senhores passaram a ocupar, de forma sistemática, o controle da política local e estadual, além dos negócios. Os fortes laços pessoais internos à estância foram se desagregando na medida em que o dono e seus familiares foram morar nos

centros urbanos que se formavam. As raízes do poder estão no controle socioeconômico das grandes áreas de terra onde se instaura um sistema de produção baseado na exploração extensiva de gado e no trabalho quase servil e barato (PESAVENTO, 1992; UNIJIÚ, 2002).

Em 20 de outubro de 1823, a Assembléia Constituinte Nacional estabeleceu a organização dos governos provinciais, com um presidente nomeado pelo Imperador Dom Pedro I. O poder legislativo local era representado por um Conselho Administrativo, composto por seis membros eleitos entre os cidadãos da Província, que se reunia uma vez por ano para auxiliar o presidente. Porém, em novembro de 1823, o Imperador, num golpe de estado, dissolve a Assembléia Constituinte, nomeando um Conselho de Estado que outorga uma constituição em 25 de março de 1824 (PESAVENTO, 1984, 1992). O poder estava centralizado no presidente da província que, por lealdade e sintonia para com o Imperador, não estabelecia alianças com os poderes locais.

A perda do território uruguaio na Guerra Cisplatina, em 1828, abala a imagem gaúcha de “sentinela da fronteira”, perdendo-se prestígio nas relações com o centro do País e tornando-as instáveis. As regras tarifárias à importação, que encareciam os insumos e barateavam os produtos concorrentes da economia gaúcha, as regras fiscais impostas aos estancieiros e a falta de interesse dos presidentes provinciais em atenderem as demandas locais faziam com que os problemas se avolumassem na Província de São Pedro. A tensão entre o anseio federalista e a política centralizada culminou em inúmeras rebeliões no período regencial, entre elas a chamada Revolução Farroupilha (PESAVENTO, 1984).

Na época de conflitos, a população de Encruzilhada, que tinha fortes laços de amizade, dividia-se em dois lados, entrando em conflito uns com os outros. Na Guerra dos Farrapos, de 1835 a 1845, surgiram problemas de abastecimento, saques e de conturbação política. Neste período, Encruzilhada passa a ser considerada Freguesia, por Lei Provincial assinada no dia 17 de novembro de 1837 e, a partir daí, um movimento emancipatório começa a se organizar. Movimento este conturbado pelas lutas entre tropas legalistas de Joaquim Lacerda e os rebeldes do Coronel Agostinho Mello em 1843, quase ao final da Revolução. Finalmente, no dia 19 de julho de 1849, é declarada a emancipação política de Encruzilhada, sendo instalado em 2 de janeiro de 1850 (IBGE, 1958).

Em 1845, estabelecida a paz entre Farrapos e Imperialistas, os cidadãos da Província passam a escolher seu próprio presidente. Porém, em 1848, com a fundação do Partido Conservador no Rio Grande do Sul, legitimou-se uma aliança no interior da camada dominante, constituindo uma ação política que permitiu que parte da oligarquia gaúcha se tornasse governo, em troca de apoio ao poder central. As eleições, indiretas, censitárias e a descoberto, não revelavam a real posição do eleitorado, já que permitiam fraudes e manipulações. Mantinha-se, com isso, a estabilidade do regime monárquico e a estrutura social excludente (PESAVENTO, 1992).

Segundo Lessa (1969), a economia do gado, do couro e do charque, negociada em

centros de consumo próximos ou entre vizinhos entrepostos, forçou o intercâmbio entre as estâncias. Iniciando-se, pelo próprio motivo da atividade econômica típica, o trânsito entre as estâncias e a aproximação de famílias de mesma categoria social. Essas aproximações, segundo o autor, elevaram os padrões "associativos" e festivos na Província. Porém, as minorias populacionais, como a dos negros, sem oportunidade de formar numerosos grupos, não tiveram suas tradições difundidas no campo.

Os filhos de colonos açorianos, que perderam suas terras ficando a mercê de atividades agrícolas em terras devolutas ou nas estâncias, de estancieiros com mulheres escravas, de militares com a população civil, de índios sobreviventes e de antigos escravos libertos, que continuaram vinculados à estância, dão origem a uma população de "caboclos". Os caboclos são agricultores pobres que procuram modalidades de sobrevivência em torno dos eixos dominantes do desenvolvimento socioeconômico, sendo sistematicamente excluídos de benefícios (UNIJUI, 2002).

O quadro abaixo, com informações providas do Recenseamento realizado no Rio Grande do Sul em 1872, demonstra como era composta a população encruzilhadense de acordo com a raça e as condições de trabalho.

Tabela 1 - População de Encruzilhada/RS em 1872, por raça e situação de trabalho

Gênero racial	Livres	Situação	
		Escravos	Total
Branco	4.589	-	4.589
Negros	1.008	1.551	2.559
Pardos	742	346	1.088
Caboclos	215	-	215
Total	6.554	1.897	8.451

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872.

O município, formado pelas Paróquias Santa Bárbara da Encruzilhada e São José do Patrocínio, contava, nesse ano, com uma população de 8.451 habitantes, sendo 23% escrava e 3% cabocla. A população escrava era constituída por 82% de negros e 18% pardos, apesar disso 48% da população negra e parda era livre.

Analisando as tendências demográficas para a virada deste século, evidencia-se que a população encruzilhadense entra no século XX com um acelerado crescimento populacional e, juntamente a isso, um problema se agrava: o analfabetismo. O número de analfabetos cresceu mais que a própria população em 28 anos, entre 1872 e 1890, reflexo de que, em 1872, apenas 88% dos jovens entre 6 e 15 anos não freqüentavam a escola, além de haverem apenas 9 professores em todo município, sendo um profissional para cada 939 habitantes.

Para Kremer (1969), o nível educacional era reflexo da estrutura das fazendas e dos povoados, os quais não possuíam mestres para o ensino, muito menos escolas. As crianças,

"observando as atividades dos adultos e as imitando em jogos e brinquedos improvisados, auxiliando em pequenas atividades, (...) viviam e cresciam (...) em (um) sistema patriarcal que relembra os primórdios da civilização romana: nas estâncias, em tempo de paz, a chefia das lidas rurais; nos tempos de luta, o comando militar" (KREMER, 1969, p. 260-261).

A ausência dos meios regulares de instrução marcou o período, desde o início do povoamento. Os estancieiros que sabiam ler e os padres das primeiras capelas ensinavam aos filhos das principais famílias as noções básicas de leitura e escrita, algumas vezes complementadas por estudos fora da Província (KREMER, 1969).

Em meados do século XIX, em nome do combate à corrupção, a participação política da população nas eleições, representada pelos direitos ao voto e à candidatura, se dava pelos ganhos monetários dos habitantes. A exigência para ser um eleitor primário (eleição de 1º grau) era uma renda líquida anual de 100\$000; para os eleitores propriamente ditos (eleição de 2º grau) a renda era de 200\$000, para deputados gerais, 400\$000 e para senador, 800\$000. Sob o regime dessas regras eleitorais, Encruzilhada, inserido no 1º Distrito Eleitoral do Rio Grande do Sul, acaba por ter, entre as eleições de 1870 e 1876, apenas 27 eleitores, representantes de uma população de quase 9.000 pessoas. Importante salientar que, durante o Império, os eleitores só tinham o papel de escolher a composição da Câmara de Vereadores Municipal, no caso com sete cadeiras. A Coroa era a responsável por determinar o interventor municipal. Somente a partir da república é que se iniciaram as eleições municipais para prefeito, dando direito ao voto a todos os homens alfabetizados.

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, intensificou-se o tráfico interprovincial de escravos, canalizando o fluxo interno de negros para a região do café. Por conseqüência, a partir de 1860, revelou-se para a economia gaúcha a "crise de braços". Crise ocorrida justamente no momento em que o Uruguai, que renovara a sua estrutura produtora saladeiril, usando máquina a vapor e outros benefícios, começou a colocar seu produto no mercado brasileiro por um preço inferior ao do charque rio-grandense. A questão gerou a cisão de interesses entre produtores e beneficiadores da matéria-prima, mas, em suma, a maioria dos representantes do povo gaúcho era identificada com os interesses da pecuária como um todo (PESAVENTO, 1984, 1992).

Em 1890, a leis de proteção à pecuária e ao charque e as medidas que tangiam o contrabando nas fronteiras foram eliminadas pelo governo republicano⁷. Os pecuaristas

⁷ Com Júlio de Castilhos na presidência do Estado ao final do século XIX, o programa do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) entra em vigor, com diretrizes nas quais a diversificação da economia, o desenvolvimento dos meios de transporte e a preocupação social implícita no programa de imigrações e incorporação do proletariado à sociedade, têm um papel importante. As modificações e preocupações

não se opunham ao programa de diversificação econômica, no entanto reivindicavam atendimento equitativo às suas atividades com aplicação de verbas públicas no atendimento à pecuária e à charqueada (KLIEMANN, 1986). A charqueada passou a ser tratada ora como retrógrada, numa comparação com o Prata, ora como a "sustentação econômica" do Rio Grande (PESAVENTO, 1984). Para Kliemann (1986), a luta política que é travada vai além da questão econômica, tornando-se uma briga intra-oligárquica pela manutenção do poder de uma fração que perdeu a hegemonia⁸.

Além da abolição da escravatura e da decadência das charqueadas, a divisão das terras, ou por concessão a herdeiros ou por negociação com empresas, a redução drástica do gado bovino, o cercamento das terras para evitar as invasões e a necessidade de ganhos de produção e produtividade determinaram o fim deste Sistema Agrário. No cercamento das propriedades, os estancieiros passaram a demarcar suas terras de forma concreta, fechando o acesso aos não-proprietários, contribuindo para que se alterasse a estrutura social e produtiva das estâncias (FONTOURA, 2000). Segundo FONTOURA (2000), a estrutura social do Rio Grande do Sul estava ligada a terra e a uma estrutura de patentes militares que coincidia com a participação no poder. O poder estava nas mãos dos estancieiros, que não abriam mão da concentração do mesmo.

O processo de colonização e formação do município originou sistemas produtivos distintos, com as dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento de acordo com zoneamento, previamente apresentado. Nos campos da Serra, os descendentes de açorianos e de sesmeiros dedicaram-se à pecuária extensiva e a uma diversificada produção agrícola destinada basicamente à subsistência. A região de mata foi ocupada por famílias de caboclos, peões, agregados e por alguns ex-escravos que não puderam mais permanecer nas estâncias. Na Encosta da Serra e na Planície do rio Camaquã, as terras herdadas dos antigos sesmeiros foram destinadas à bovinocultura de corte com criação extensiva e, posteriormente, ao cultivo comercial do arroz.

3.3 Sistema Agrário Pré-moderno - 1900 a 1950

No início do século XX, com a escassez de mão-de-obra para cuidar de grandes extensões de terra, junto com o fracionamento das glebas, através de heranças, começa

com o rural deste novo programa traduzem as novas diretrizes para o desenvolvimento, quebrando determinadas resistências à modernização do estado (KLIEMANN, 1986).

⁸ No meio disso, os ex-liberais pecuaristas fundam o Partido Federalista Brasileiro (PFB) e, junto com republicanos dissidentes, o Partido Republicano Liberal (PRL), ambos em oposição ao PRR. Os federalistas, conhecidos como Maragatos, iniciam em 1893 a Revolução Federalista, tristemente marcada pelas atrocidades cometidas entre estes e os Pica-paus, defensores de Castilhos, terminando em 1895 (PESAVENTO, 1992).

a surgir a figura do arrendatário⁹. O próprio governo positivista¹⁰ procurou incentivar o arrendamento dos latifúndios a fim de aumentar as áreas de lavouras, buscando reduzir a importação de alguns alimentos e aumentar as exportações de outros, gerando divisas para o Estado. De 1920 a 1950, a porcentagem de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares passou de 15% a 20%, aumentando em 39% o número desses estabelecimentos, enquanto a área ocupada com estabelecimentos maiores que 1.000 hectares, reduziu-se de 40% para 29% do total.

Essa desconcentração fundiária é, também, reflexo da crescente proporção de terras ocupadas por estabelecimentos sob condição de propriedade associativa ou condomínio. Em 1920, 99% da área agrícola era ocupada por estabelecimentos de propriedade individual, em 1940 esta proporção reduziu para 80%. Este processo, ao reverter-se, a partir dos anos de 1940, causou uma distribuição de áreas entre ex-participantes dos condomínios e seus herdeiros. A formação dos condomínios foi, em maior parte, realizada por imigrantes poloneses que, por volta de 1910, se instalaram no município, tendo essas dificuldades em adquirir terras individualmente.

Após a crise do charque e do cercamento das propriedades, a zona da mata foi aos poucos sendo ocupada pela população de negros, caboclos, ex-peões e antigos agregados das estâncias, pois se tratava de terras que não eram de interesse imediato dos fazendeiros, mesmo quando faziam parte de suas propriedades. Essa população pode ser distinguida em dois tipos: enquanto trabalhadores nas terras de campo subordinados à dinâmica das fazendas; enquanto trabalhadores nas regiões de mata onde se apresentavam ou como agricultores extrativistas ou como agricultores itinerantes constantemente empurrados para as frentes de expansão. As características técnicas destes agricultores eram fortemente condicionadas pelas características de sua inserção na economia, sendo sua integração ao mercado débil ou quase inexistente. Tal situação restringia a sua capacidade de evolução técnica produzindo pouco mais do que o estritamente necessário para sobreviver. Quando não-proprietárias da terra ocupada, as famílias eram constantemente deslocadas de suas áreas, na medida em que essas terras passassem a ter algum interesse econômico.

Apesar de apresentar um declínio, a produção de charque continuava a pautar a atividade dos estancieiros, numa relação de dependência entre estes e os charqueadores que, por sua vez, inseriam-se de forma subsidiária na economia do centro do País

⁹ Em 1920 eram 148 o número de estabelecimentos sob a responsabilidade de arrendatários. Este número atingiu seu máximo em 1940, quando foram 350 o número destes estabelecimentos, ocupando uma área de 45.472 hectares (11% do total). Nos anos seguintes estes números reduziram-se gradativamente (Recenseamento do Brasil, 1920, 1940, 1950, 1960).

¹⁰ No início deste período, o poder público sul-rio-grandense esteve ocupado pelo PRR, ficando nesta situação quase todo período da chamada Primeira República no Brasil. Em 1898, ao assumir o governo no lugar de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros procurou dar continuidade ao programa de seu antecessor, mantendo uma política de desenvolvimento multilateral para o Rio Grande (TARGA, 1998).

(PESAVENTO, 1984). Através de um imposto territorial, o governo estadual pressionava os latifundiários para que vendessem ou arrendassem suas terras, em favor das plantações de arroz, produto que crescia na pauta de exportações gaúchas. Para o governo, a pecuária caiu para um segundo plano priorizando as lavouras e a industrialização, problemas com terras só eram resolvidos à medida em que interferiam no planejamento estadual (KLIEMANN, 1986). Uma solução para conciliar o programa de desenvolvimento do Estado ao interesse pecuarista, foi o apoio à idéia de instalarem frigoríficos. Por ocasião da Primeira Guerra, capitais estrangeiros vieram viabilizando este investimento e promovendo a renovação tecnológica do rebanho (PESAVENTO, 1984).

A introdução de mudanças no sistema de criação por parte dos pecuaristas encruzilhadenses, no entanto, não ocorreu com a maioria. Os altos custos de investimento, a ausência de linhas de crédito, o despreparo dos criadores e a ausência de assistência técnica tornaram-se entraves para o desenvolvimento da pecuária. Fontoura (2000), evidencia neste processo uma diferenciação dos criadores, ocorrendo a separação entre “pecuaristas tradicionais” e “pecuaristas empresariais”¹¹.

Os poucos “pecuaristas empresariais” que se formaram em Encruzilhada localizavam-se em regiões privilegiadas, na Planície do rio Camaquã, na Encosta e no norte da Serra, próximo a Cachoeira. Na Serra, o predomínio foi de “pecuaristas tradicionais”, que conservavam praticamente inalterados os seus sistemas de produção, baseados na criação extensiva de gado. Em função da baixa escala de produção que obtinham, estes pecuaristas passaram por um processo gradual de descapitalização. A divisão das terras, em decorrência de questões econômicas que levaram à venda ou arrendamento de parte das propriedades e da divisão das terras por herdeiros, também surgiu como um fator de estagnação na escala de produção, pela própria redução das áreas produtivas. Neste processo, parte dos “pecuaristas tradicionais” formou um tipo particular de agricultor denominado de “pecuarista familiar”¹².

A pecuária, que se desenvolvia com a conjuntura favorável, com o final da primeira guerra, em 1919, entrou em uma nova crise. Crise motivada pela retração do mercado, diminuindo os abates de gado nos frigoríficos e nas charqueadas, pela cobrança dos bancos de empréstimos feitos a pecuaristas e pela economia paulista que, em processo de diversificação, passou a competir com os produtos gaúchos no mercado interno

¹¹ “A pecuária tradicional (ciclo longo) e a pecuária empresarial (ciclo curto), estão assim divididas pela diferença nos tempos de produção e a racionalidade dos negócios, cujas variáveis são: manejo, genética, alimentação e sanidade” (FONTOURA, 2000, p. 91).

¹² Cotrim (2003) define “pecuarista familiar” como aquele caracterizado pela propriedade relativamente reduzida, com até 300 hectares, desenvolvendo a criação extensiva de animais e o cultivo agrícola de subsistência. Este tipo, ao contrário do empresarial, não está inserido em grandes mercados, já que não consegue produzir em escala comercial, tratando o gado, por exemplo, como uma “poupança” de eventual venda quando necessita complementar sua renda.

(PESAVENTO, 1984; COTRIM, 2003). Essa crise provocou, até a metade do século, transformações distintas no sistema de produção dos dois tipos de pecuaristas presentes no município. Os “pecuaristas tradicionais” deixaram a exclusividade da bovinocultura, pela ovinocultura e pelo plantio de grãos. Os “pecuaristas empresariais” diversificaram suas atividades, expandindo a cultura do arroz¹³ e, assim como os tradicionais, aumentando o rebanho de ovinos. Os produtores, de grande escala, deixaram gradativamente a exclusividade da criação de animais para diversificarem suas atividades com a plantação de lavouras, ou então migraram totalmente para esta. Já os pequenos produtores que dispunham de terras propícias ao plantio de grãos, abandonaram seu rebanho para dedicarem-se somente à agricultura.

Essa transição de atividade causou uma inversão na forma de emprego da mão-de-obra nos estabelecimentos. Enquanto em 1940 o percentual de empregados temporários sobre o total era de 5%, enquanto 16% eram permanentes e 79% eram familiares, em 1950 o número de empregos temporários aumentou mais de quatro vezes, chegando a 25% do total, ao mesmo tempo que os permanentes reduziram-se a 4% do total. Ou seja, a atividade nas lavouras passou a exigir menos daqueles que trabalhavam em período integral durante o ano, crescendo o número de empregos sazonais.

Em 31 de março de 1938, a vila de Encruzilhada é elevada à categoria de cidade devido ao seu crescimento. As condições de vida local em alguns aspectos melhoraram na primeira metade do século, porém estas mudanças não chegaram a ocorrer para a grande maioria da população. O grau de alfabetizados, para residentes acima de 5 anos de idade, passou de 34% em 1920 para 39% em 1950. Em dez anos, o número de habitantes com alguma formação educacional completa aumentou 4 vezes, de 292 pessoas em 1940 para 1.458 pessoas em 1950, enquanto o crescimento demográfico, num ritmo menor, foi de 12%. Neste período de transição, 90% dos habitantes ainda se estabelecia na zona rural, apesar da zona urbana, que se expandia lentamente, apresentar as melhores condições de domicílio. Em 1950, enquanto a proporção de domicílios com luz e aparelho sanitário era de respectivamente 37% e 57% na cidade e na sede dos distritos, no campo, luz e sanitário eram privilégio de menos de 3% das famílias.

O sistema agrário descrito manteve-se no mesmo processo até metade do século XX, quando houve mudanças bruscas no modo de produção, aumentando consideravelmente o rendimento das principais culturas. A partir de então, na Planície e na Encosta, os produtores deram início ao uso da motomecanização, intensificando o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Na Serra, reduziram-se algumas culturas de subsistência e expandiu-se a monocultura. Nas matas, as populações que aos poucos abandonavam suas terras, reverteram parte deste processo através da ocupação em atividades de extração vegetal e silvicultura.

¹³ Com o apoio do governo, foram implementadas as primeiras lavouras de arroz, adequadas ao solo e à disponibilidade de água que havia na Planície aluvial em Encruzilhada.

3.4. Sistema Agrário Contemporâneo – a partir de 1950

Na segunda metade do século é que Encruzilhada do Sul¹⁴ perde parte de sua área municipal, decorrente da emancipação de dois distritos: Dom Feliciano, antigo distrito de São Feliciano localizado a nordeste, concentrava a maior parte dos pequenos produtores familiares descendentes da colônia polonesa, sendo emancipado em 9 de dezembro de 1963; e, Amaral Ferrador, distrito localizado a sudeste, à margem do rio Camaquã, emancipado em 12 de maio de 1988.

Para Trindade e Noll (1991), o eixo dinâmico da economia gaúcha passa, a partir da República, da “metade sul” para a “metade norte” do Estado, concentrando nessa área o essencial do crescimento populacional e econômico, com o desenvolvimento da indústria, das fontes de energia e da agricultura moderna de exportação. Para os autores, este processo de expansão populacional e econômica, consagrado a partir dos meados do século XX, tem ainda implicações sobre a distribuição espacial das preferências eleitorais do Estado.

Na política, a partir do regime getulista do Estado Novo, a legislação eleitoral parou de reconhecer os partidos regionais, obrigando as antigas correntes políticas gaúchas a tornarem-se departamentos ou seções de partidos nacionais¹⁵. Entre 1945 e 1964, vários destes procuravam orientar a opinião pública e captar votos do eleitorado gaúcho. Enquanto o padrão nacional de disputa partidária polarizava-se em PSD-PTB e UDN, a briga hegemônica no Rio Grande do Sul ficava entre o PSD, constituído por base rural, e o PTB, com o apoio da classe urbana. A UDN possuía um caráter marginal no cenário gaúcho, pelo fato de que o liberalismo regional concentrava-se, tradicionalmente, no PL. Eventualmente, PL e UDN coligavam-se com o PSD formando a Frente Democrática (TRINDADE & NOLL, 1991; NOLL & TRINDADE, 1995). Apesar da ascensão do PTB, estabelecendo o padrão eleitoral gaúcho no período 1945/64, em Encruzilhada do Sul, os partidos da Frente Democrática, considerados conservadores-liberais e constituídos por uma base ruralista, são quase que hegemônicos localmente¹⁶.

¹⁴ Em 1943, Encruzilhada tem sua denominação alterada para Encruzilhada do Sul.

¹⁵ Entre os principais partidos situam-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) (estes dois fundados sob a inspiração de Getúlio Vargas), o Partido da Representação Popular (PRP), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL). O último, fruto da fusão entre a Aliança Libertadora e o Partido Federalista.

¹⁶ Considerando que a porcentagem de participação política neste período ficava em torno de 30%, não há como saber o real posicionamento político local. Sabe-se somente que apenas uma minoria da população em idade adulta exercia o direito de voto. Mesmo após o golpe militar de 1964, quando os partidos foram dissolvidos, surgindo apenas duas agremiações (ARENA e MDB), novamente o eleitorado encruzilhadense posiciona-se do lado conservador, e a ARENA acaba levando a maioria local em três dos quatro pleitos.

Como colocado, a grande força política de Encruzilhada do Sul ao longo de sua história está do lado dos conservadores liberais, liderados pelos fazendeiros. Atualmente, após assumir a Prefeitura Municipal por duas gestões seguidas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido de Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), forma a coligação partidária mais forte em termos locais, possivelmente pelo próprio efeito da urbanização da população, porém a ala conservadora manteve um eleitorado fiel, com simpatizantes da antiga ARENA e do atual Partido Progressista (PP).

Desde a década de 1960, foram 23 anos em que o município foi administrado por um mesmo segmento político. Vários fazendeiros foram prefeitos, sendo todos grandes produtores. Havia uma espécie de ciclo de liderança: o prefeito municipal, na gestão seguinte tornava-se presidente do Sindicato Rural, sendo posteriormente presidente de uma cooperativa e, em seguida, patrão do Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Esse ciclo fortalecia a força entre o eleitorado, conquistando mais votos na medida em que comandavam as principais entidades encruzilhadenses.

“Um príncipe sábio, amando os homens como eles agrada e sendo por eles temido como deseja, deve apoiar-se naquilo que é seu e não no que é dos outros; deve apenas empenhar-se em fugir ao ódio” (MAQUIAVEL, 1976, p. 98). Fortalecendo a simpatia do eleitorado, apesar das desigualdades, os líderes locais mostravam-se amantes das virtudes, dando oportunidades aos homens virtuosos e honrando os melhores em seus ofícios, animando seus cidadãos a exercer pacificamente as suas atividades no comércio e na agricultura, assim como Maquiavel (1976) “recomendara”.

Putnam *et al.* (2000) apontam que, à medida em que diminuem as distâncias ideológicas aumenta a tolerância entre diversas linhas partidárias, e a conseqüência disso é que a hostilidade partidária deixa de representar um obstáculo à contemporização no tocante a questões práticas. Além da conformidade da população para com o desempenho político dos governantes. No entanto, o que ocorria em Encruzilhada do Sul era mais um caso de clientelismo, ou até paternalismo, muito atrelado ao poder que os líderes políticos exerciam sobre as principais entidades locais. Não havendo nem preocupação para com o poder da oposição. Como já apontava Maquiavel (1976, p. 107), “um príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo”.

Na agricultura após os meados do século, segundo Medeiros (1969), algumas questões são levantadas: “A expansão da agricultura corresponde ao uso econômico do solo? Deve ser substituída a atividade pecuária? Ou deve ser modificada a técnica e o tipo de cultura extensiva?” (p. 96-97). Para Roche (1969) as transformações agrícolas ocorridas no período tornam-se um problema complexo justo no momento em que as estruturas tradicionais são ameaçadas pelas mudanças técnicas, econômicas e sociais: “A grande propriedade sofre da conservação de processos extensivos de criação ou duma mecanização apressada (...), e sofre ao mesmo tempo do êxodo rural, resultante de sua

estrutura, (...) na hora exata em que se apregoa a reforma agrária” (p. 173).

Salienta-se que a reforma agrária, presente na pauta política até 1964, é retirada das discussões durante o regime militar, implementado no Brasil até os anos de 1980. Justamente a partir da década de 1960 é que o processo de desconcentração fundiária, ocorrido até então no município, cessa, apesar de também desaparecerem os estabelecimentos com mais de 5.000 hectares. A evolução do índice de Gini para a estrutura fundiária é colocada na tabela a seguir.

Tabela 2 - Evolução do índice de Gini para concentração fundiária em Encruzilhada do Sul/RS entre 1960 e 1996

	Ano					
	1960	1970	1975	1980	1985	1996
GINI	0,68	0,71	0,72	0,74	0,74	0,71

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1960, 1970, 1980; Censo Agropecuário 1975, 1985, 1996.

Através desta informação é possível separar em dois o período analisado, antes dos anos oitenta e após os anos oitenta. De 1960 até 1980, constata-se uma significativa concentração na posse das terras, principalmente até a primeira metade da década de 1970. A partir de 1980, este processo se estabiliza, iniciando uma tendência inversa ao final desta. Em 1996, em termos fundiários, o abandono de terras e a formação de assentamentos rurais refletem-se sobre os dados do censo agropecuário. A processo fundiário da distribuição das terras é acompanhado por outras dinâmicas na posse dos estabelecimentos. Ao longo deste quinquênio, assim como diminui a proporção de terras sob a responsabilidade de arrendatários, parceiros ou ocupantes, retornando esta ao proprietário em si, os estabelecimentos considerados públicos ou coletivos¹⁷ perdem parte de sua área, repassando-a a posse individual ou de empresas de sociedade anônima (S/As), reforçando a idéia de concentração social dos recursos¹⁸.

As experiências cooperativas no setor agropecuário são descritas como “trágicas”, com insucesso em muitos casos ao longo da história encruzilhadense. As iniciativas locais passaram por muitas situações difíceis, deixando elevadas dívidas para com os produtores cooperativados. Karl Kautsky (1986 [1899]) já questionava, jamais negando a importância do cooperativismo, se a vantagem do grande estabelecimento cooperativo se estendia

¹⁷ Considerou-se um estabelecimento de propriedade pública ou coletiva aquele sob a posse de condomínios, cooperativas, instituições religiosas e do Estado.

¹⁸ A própria ação cooperativa entre agricultores se reduz no período. Em 1970, um terço dos produtores eram cooperativados, já em 1996 esta proporção cai para um quinto. Em meados da década de 1980, em plena crise de algumas lavouras e com um sistema de crédito público que atendia poucos produtores, ocorre uma tentativa de organização social em torno de uma cooperativa de crédito, mas esta não consegue se firmar.

igualmente ao pequeno agricultor. Para esse último, o autor coloca que a tutela burocrática e a opressão, de regime patriarcal, eliminam por completo qualquer hábito que caracteriza uma democracia cooperativista. Tanto a ignorância do lavrador quanto a ausência da liberdade política, decorrente de sua posição, contribuem de forma decisiva para a limitação do grau de bem-estar do mesmo.

Sem dúvida, as cooperativas foram muito importantes para os seus associados. Eles tinham uma série de benefícios naturais do processo, no aspecto de venda e comercialização de produtos que envolviam produtores de todos os tamanhos, mas depois de eleitas as diretorias, muitos ficavam de fora dos processos decisivos. No cooperativismo como um todo, a direção dessas iniciativas sempre foi dos fazendeiros. Automaticamente alguns agricultores ficavam excluídos, ou pelo menos tinham esse sentimento. Quando os líderes dessas iniciativas começavam a ter dificuldade em suas produções individuais, se endividando, ocorria o fim da atividade cooperativa. Muitos políticos locais souberam se aproveitar dos bons momentos das cooperativas, mas o problema foi que a maioria dos cooperativados não acompanhou de perto o que os administradores estavam fazendo.

Os fatos que influenciaram a organização e o controle social da estrutura fundiária são, em grande parte, justificados pela conjuntura deste período. O crescimento das lavouras de monoculturas temporárias, o aparecimento da silvicultura e, principalmente, a retomada da pecuária bovina de corte são vistos como uma consequência do atrativo econômico que estas atividades apresentam em determinadas épocas. As informações censitárias apontam para o crescimento da área ocupada por pecuaristas desde os anos de 1950 até a década de 1980, seguindo tendência semelhante à distribuição de terras. A silvicultura aparece com considerável crescimento a partir de 1980, ao mesmo tempo em que as lavouras têm bruscas perdas de importância como atividade principal. Já o aumento na proporção de terras ocupadas por produtores com diversificada produção nos anos noventa representa o crescimento da agricultura familiar de subsistência no município nestes últimos anos.

A produção animal, que representava 39% do produto agrícola total em 1970, chega a representar 61% deste em 1996. A retomada da importância na criação de bovinos de corte é incentivada pela expansão na produção dos frigoríficos gaúchos. No entanto, a pecuária bovina de corte aumenta a sua produção concentrando os maiores rendimentos a uma minoria de criadores. Apenas um quinto destes cultivavam parte de suas pastagens e a inseminação é uma técnica utilizada por menos de 2% dos pecuaristas. Para os “pecuaristas empresariais”, em alguns casos, a criação de bovinos desempenhou ainda uma importante função econômica, disponibilizando recursos para a implantação de outras atividades produtivas ao longo do tempo, em momentos que oportunidades concretas de novos negócios surgiram, tanto no setor primário quanto nos demais.

Até meados dos anos oitenta, a produção bovina tem como destino uma demanda de mercado interno reservado às indústrias nacionais de transformação. Após a concretização

e maturação do processo de abertura econômica na década de noventa, o mercado interno ganha a concorrência de produtos importados, porém se ampliam as exportações de carne para diversos países. O comércio de carne acaba se concentrando em grandes empresas dos ramos alimentício, atacadista e varejista, algumas delas estrangeiras, tendo como consequência, assim como na produção de alimentos vegetais, uma redução na parcela dos preços repassada aos criadores.

A criação de ovinos, ofertando uma crescente produção de lã até o final dos anos oitenta, reduz-se significativamente nos anos noventa, em decorrência da crise no setor. Crise esta que, surgida pela expansão do mercado de malhas sintéticas, reduz a demanda e, conseqüentemente, o preço da lã pago à tosquia, fazendo com que vários criadores, dependentes desta atividade, abandonem seus estabelecimentos por não conseguirem uma renda mínima adequada ao sustento de sua família¹⁹.

A "pecuária familiar" municipal, ao longo do século, é caracterizada por três atividades de subsistência e de atendimento ao comércio local: a criação de suínos, a criação de aves e a produção de leite bovino. A partir da década de 1990, com a entrada das multinacionais no "comando" do mercado nacional de laticínios, a demanda local passa a ser atendida por estas empresas. A indústria laticínica passa a exigir dos pecuaristas regras rígidas de produção, não adaptáveis aos criadores encruzilhadenses. A consequência local é a redução no número de vacas ordenhadas e na produção de leite, fonte de sustento para muitos pecuaristas familiares, assim como a criação de ovinos.

No cultivo das lavouras sazonais, o arroz, o milho e o feijão são as principais culturas no município. A produção de trigo e de soja, ambas com destino comercial, sofre claramente uma inversão de importância econômica, decorrente das mudanças nos incentivos públicos e de mercado para estes dois produtos. A proteção estatal dada à tricultura até os anos setenta incentiva diversos agricultores, grandes e pequenos, a expandirem suas lavouras, mesmo sem haver ganhos significativos no rendimento. Com a mudança conjuntural dos anos setenta, o mercado de grãos passa a beneficiar os produtores de soja e de milho²⁰. No processo expansivo, assim como o do trigo, essas culturas são cultivadas em diversas escalas de produção, em lavouras localizadas na região alta da Serra.

¹⁹ Atualmente, alguns pecuaristas tentam recuperar seu rebanho ovino na tentativa de atender o mercado de carnes.

²⁰ A Fundação da Produtividade (1984), chamou o período expansivo da cultura da soja de "os dez anos do ciclo da soja". Este ciclo iniciou-se no boom dos preços internacionais, comandado pela Bolsa de Chicago, que ocorreu em 1974. Os bons preços, o baixo custo das lavouras, e um financiamento com juros de 6% ao ano, coberto por uma inflação muito superior, incentivaram a expansão da sojicultura. A soja representou o modelo agrícola adotado pelos governos da época, preocupados em produzir para exportar. Porém, mais tarde, o preço dos insumos e os juros dispararam, vieram as frustrações de safras e dos preços. O pequeno produtor, que havia assimilado um modelo impróprio à pequena escala, começou a se endividar (FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE, 1984).

Com o cultivo da soja se estendendo para grandes áreas com motomecanização do Planalto gaúcho, a competitividade dos pequenos estabelecimentos, que utilizam tração animal, se reduz. A consequência local para esta concentração regional é a falência de muitos agricultores, enfrentando as mesmas dificuldades da pecuária familiar. Recentemente as lavouras de soja, incentivadas por uma cooperativa local, a COTRIBA, possuem áreas de 20 a 200 hectares, pertencentes a grandes produtores, localizados na Planície Aluvial e na Encosta da Serra, utilizando mão-de-obra contratada. A produção da semente ocorre em um regime intensivo de alto rendimento, com o uso de motomecanização e de sementes selecionadas, inclusive geneticamente modificadas.

Para as lavouras com um todo, ficam evidentes os ganhos em rendimento durante o quinquênio analisado, principalmente a partir dos anos setenta, consequência da mudança no padrão técnico da agricultura, ocorrida em duas frentes inovadoras: inovação mecânica, com a motomecanização das lavouras, facilitando a expansão individual destas; e, inovação biológica, com aumento na utilização de adubos e defensivos e melhoramento genético dos grãos. Importante salientar que, obrigando o produtor a obter lucros rápidos e imediatos, a monocultura acabou gerando uma inversão de valores, este passou a se importar mais com as variedades novas de sementes, corretivos e fertilizantes, deixando o cuidado com o solo em segundo plano. Segundo a Fundação da Produtividade (1984), produtos extremamente tóxicos, proibidos em vários países, mas comercializados aqui, invadiram o dia-a-dia da agricultura gaúcha. Iludidos, os agricultores se converteram em vítimas da guerra química para se defenderem de pragas nas lavouras.

A introdução de lavouras motomecanizadas fica longe de ser generalizada no município, sendo que muitos agricultores ainda utilizam unicamente a tração animal. As precárias condições de transporte, com ausência de estradas de boa qualidade no interior do município, o crescente empobrecimento do solo, decorrência da falta de práticas conservacionistas e os rendimentos insatisfatórios, apesar de crescentes, fazem com que os produtores se insiram de forma precária em mercados de emergência temporária. A dedicação exclusiva a poucas atividades, sem diversificação de renda no curto prazo, e a instabilidade na prática destas, alterando-as no longo prazo sem haver uma especialização, têm por consequência a descapitalização e o empobrecimento de muitos agricultores, localizados principalmente na parte serrana do município.

Os pequenos agricultores, que antigamente carroceavam e vendiam seus diversos produtos, como feijão, batata e mandioca, passaram a atender os compromissos da monocultura, não havendo mais uma alternativa para frustrações de safra ou de preços. Muitos destes caíram na "armadilha do progresso", sendo obrigados a abandonar suas terras. (FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE, 1984). No sistema de produção patronal, o número de empregados, principalmente temporários, reduz-se ano a ano, consequência da própria motomecanização das lavouras e da retomada da pecuária, exigindo menos mão-de-obra. Com as crises ocorridas na agricultura familiar, não houve mais onde se empregar a força de trabalho, obrigando trabalhadores a migrarem para a cidade ou para

outras regiões. A população rural de Encruzilhada do Sul, que era 89% da população total em 1950, reduziu-se para 78% em 1970, 52% em 1991, e 38% em 2000. De 1950 a 2000, este “esvaziamento” chega a 75%. Verifica-se ainda em Encruzilhada do Sul um processo de envelhecimento da população, principalmente rural, além da marginalização da população da sede com o crescimento de jovens desocupados.

Apesar da crise enfrentada por toda a população rural serrana, os habitantes da mata são os que sofrem, ao longo deste período, as piores condições de sobrevivência no campo. Até recentemente, nenhuma das residências nestas áreas possuía energia elétrica, e a maioria das casas era construída com “pau-a-pique”, com a ausência de banheiro e com a água sendo retirada direto das vertentes. O acesso a estas áreas é restrito, devido às péssimas condições das estradas e do acidentado relevo.

Encruzilhada do Sul passou por um processo muito significativo de migração, com a população rural abandonando grande parte das propriedades. Por isso, há extensas áreas no município sem habitantes. Com um elevado número de áreas improdutivas e desocupadas no município, iniciaram-se, em 1987, as negociações para implementar assentamentos rurais em antigas fazendas desocupadas. Sendo esta uma iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Porém este foi um processo lento, árduo e com muitas brigas, principalmente envolvendo de um lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do outro o resto da sociedade encruzilhadense, incluindo a Prefeitura, o Sindicato Patronal e diversas associações. As negociações duraram sete anos, e em 1994 foi instalado o primeiro assentamento rural no município, denominado Segredo Farroupilha.

Após a instalação destes primeiros agricultores na Encosta da Serra, os demais assentamentos não demoraram a se formar em diversas áreas do município, com a abundância na oferta de terras. Atualmente encontram-se seis assentamentos rurais instalados com um total de 244 famílias, ocupando um espaço correspondente a 2% da área agrícola total do município, em torno de 6.000 hectares (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Todos possuem um sistema de produção caracterizado pela pecuária familiar, e pela agricultura de subsistência, além de atividades com finalidade comercial. A maior parte da renda dos agricultores é obtida com a venda de bovinos, suínos, milho, feijão, hortaliças e leite. Os esforços do INCRA, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligado ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e à Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) resultaram num melhoramento na estrutura social-produtiva de algumas famílias, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que com 39 contratos realizados em 1995 financiou um montante de R\$ 75.500 e, em 2000, chegou a financiar um montante de R\$ 2.653.400, realizando 1.517 contratos²¹.

²¹ Montante de financiamentos calculados com base no ano de 2001. Informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2001.

Numa reflexão sobre o MPA local, ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, segundo Grzybowski (2002), os movimentos sociais rurais se defrontam com a urgente tarefa de construir alternativas a um modelo de desenvolvimento agrícola, não necessariamente baseado na justiça e na participação sociais, a partir de suas vidas, suas necessidades e seu trabalho. Para o autor, o fortalecimento desses movimentos trata-se de um processo de elaboração da própria identidade coletiva, do aprendizado da organização e participação social, da transformação das necessidades em interesses na forma de projetos e bandeiras.

Ações como os mutirões entre agricultores estão ressurgindo através de um maior senso comunitário. Casos como a troca de máquinas entre produtores, por ocasião de colheita ou plantio estão ficando mais frequentes. Sob a iniciativa da Secretaria Municipal da Agricultura, em parceria com a EMATER e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, associações como a dos Apicultores e a dos Fruticultores estão aumentando o seu número de associados, outro exemplo é a criação recente de uma cooperativa de beneficiamento de carne.

Os trabalhadores rurais que participam de movimentos operam mudanças de caráter político-cultural, resgatando a dignidade de muitos, apesar da pobreza a que foram relegados. Aos movimentos sociais impõe-se, atualmente, a tarefa de dar continuidade a um processo educativo, de aprendizado da cidadania (GRZYBOWSKI, 2002).

Do outro lado, a crescente oferta de terras combinada às grandes áreas de mata no município e aos incentivos dados pelas lideranças locais, atraiu indústrias do setor madeireiro nos anos noventa, como a Forjasul (Tramontina), a Riocell, a Tanac e a Tanagro. Estas empresas compram as terras das regiões de mata e contratam a mão-de-obra disponível no município, além de provocarem a migração de outros trabalhadores para o local. A madeira, com destino comercial, é obtida em estabelecimentos com área variando entre 100 e 1.000 hectares, a maioria sob propriedade da própria empresa a montante. Sendo que a produção destinada à indústria representa 65% da produção total, com o restante utilizado no consumo das propriedades.

A necessidade do constante fluxo de caminhões, no transporte de madeira, faz com que esta indústria pressione as entidades públicas para a melhoria das vias no interior do município. Esta pressão culmina no asfaltamento da BR-471, que corta o município de norte a sul. A melhoria nas condições de transporte além de beneficiar o transporte de madeiras, também incentivou o crescimento de novas e ressurgidas atividades agrícolas. Essas atividades agrícolas seguem um esquema semelhante às madeiras, ou seja, empresas a montante compram as terras disponíveis, contratam mão-de-obra, local ou externa, e implementam práticas intensivas de cultivo. Neste processo, a fruticultura, ocupando áreas da Serra, começa a tomar destaque no município com o cultivo de maçã, melancia, pêssego e, mais recentemente, uva.

O processo de urbanização, a falência de parte da agricultura e a entrada de

indústrias no município alteram a composição do Valor Agregado Bruto (VAB) municipal. O VAB agropecuário, em 1985, correspondia a 46% do total, porém, em 1996, esta proporção se reduz para 31%. Em 2000, já com os reflexos dos novos sistemas produtivos implementados, o VAB agrícola chega a 40% do VAB total. Na indústria, o VAB cresce em proporção a cada ano, indo de 0,8% em 1985, a 3,2%, em 2000. A variação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal corresponde a todas as dinâmicas econômicas mencionadas. Nos últimos cinco anos da década de 1980, o PIB varia negativamente 31%. Já a partir dos anos noventa, com as mudanças econômicas ocorridas, o PIB cresce 25% na primeira metade da década e 36% na segunda metade²².

Com a mudança recente na economia local, além dos antigos habitantes que retornam, há muitas pessoas atraídas pelas novas oportunidades de emprego e negócio. Porém, isso tem acarretado um aumento substancial do contingente de pessoas pobres na periferia da cidade, com a dispensa permanente ou temporária de alguns trabalhadores, em decorrência da sazonalidade das plantações e dos ciclos produtivos nas matas. Na sede, com poucas oportunidades de emprego, há ocorrência ainda de migração pendular, envolvendo estudantes e trabalhadores que se deslocam diariamente para Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre.

Referente à formação educacional, desde o período de Leonel Brizola e Ildo Meneguetti no governo do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1958 e 1964, esta preocupação, especificamente para o ensino primário, é caracterizada pela expansão das escolas no meio rural. A tabela abaixo mostra o comportamento da escolaridade da população encruzilhadense desde 1950.

Tabela 3 - Taxa de alfabetização da população maior de 5 anos de idade em Encruzilhada do Sul/RS entre 1950 e 2000

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000
	%	%	%	%	%	%
Alfabetizados	39,47	55,25	61,67	68,75	77,07	83,51

Fonte: Recenseamento do Brasil 1950, 1970, 1980; Censo Demográfico 1991, 2000.

No caso dos estudantes rurais, não havia, até pouco tempo atrás, uma continuidade na formação escolar depois de concluído o ensino básico. Em 1970, a escolaridade média da população acima dos dez anos de idade era de dois anos; em 1980, a escolaridade chega a dois anos e meio, porém mais de 90% dos habitantes com alguma formação educacional completa tinham apenas o ensino básico concluído. Ou seja, apesar da crescente alfabetização, a escolaridade ainda é baixa.

As atuais políticas de educação centralizada, com a constituição de escolas pólo,

²² As informações referentes ao PIB e ao VAB do município de Encruzilhada do Sul foram disponibilizadas pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), em 2003.

buscam reverter este quadro. As escolas pólo fazem com que o investimento em educação seja concentrado em poucas, porém amplas, escolas e no transporte dos estudantes²³. A idéia é melhorar qualitativamente as escolas, ao invés de ampliá-las quantitativamente. Segundo os dados da Secretaria Estadual da Educação, contidos no Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 2001, a taxa de evasão do ensino fundamental permaneceu constante, em torno de 6%, entre 1996 e 2000, porém a taxa de reprovação do Ensino Fundamental reduziu gradativamente no mesmo período, de 25,6% para 16,3%. O processo de urbanização foi outro fator de auxílio para o aumento da escolaridade dos residentes, até o momento em que não havia ainda políticas mais eficientes para o ensino no meio rural.

Politicamente, a herança do antigo regime de governo foi um posicionamento caracterizado por ser extremamente polarizado, por parte da população. A atual disputa se dá entre quem é simpatizante do Partido Progressista (PP) e quem não é simpatizante, independente de quem for o candidato. Para a oposição, o candidato que se identificar com mais chance de derrotar o rival é quem os partidos vão nomear. Sendo que a oposição está atualmente dividida, parte dela é o atual governo municipal e os demais, numa ala mais radical representante da minoria, formam a oposição esquerdista à situação. Essa ala radical já foi maior, mas vem reduzindo seu contingente eleitoral desde que a atual gestão assumiu o poder.

Na Câmara de Vereadores, de 11 cadeiras, a ala conservadora elegia sete ou oito vagas a cada pleito, restando duas ou três cadeiras para a oposição. Atualmente, houve uma inversão de poder, dos atuais 13 vereadores apenas três são do PP. Os conservadores, que se acostumaram a ganhar todas as eleições, sentiram que a situação mudou com a derrota tanto no legislativo quanto no executivo municipal. A mudança de situação veio muito em decorrência da nova Constituição Federal de 1988, que representou uma maior liberdade política, e das próprias alterações na base econômica local, que deslocou seu eixo para a cidade com a crise na agropecuária.

A participação e a mobilização política da população por sua vez vêm aumentando. Para as lideranças entrevistadas, os encruzilhadenses começam a compreender mais o processo à medida que a democratização vai sendo ampliada, tendo os meios de comunicação e informação um papel decisivo nisso. A movimentação era maior só em época de eleição, em função da própria campanha que mobiliza a comunidade como um todo. Apesar das campanhas envolverem todos os habitantes, com raríssimas exceções, numa participação intensa, fora desse período não existia a mesma mobilização.

Referente a qualidade de vida da população, segundo dados do ano de 2000, Encruzilhada do Sul apresentou um IDH-M de 0,76, valor considerado, pelo PNUD

²³ Na disputa por verbas públicas, há professores da rede pública afirmando que este tipo de política serve para concentrar alunos. A aumento da densidade das escolas ajuda a captar maiores parcelas dos programas federais para a educação (PGDR, 2003).

(2003), como dentro de um padrão de desenvolvimento médio, apesar de grande parte dos municípios gaúchos (175 de 467) já apresentam valores considerados de elevado desenvolvimento. O município não chega a ser um dos menos desenvolvidos do Rio Grande do Sul ou do Brasil, porém, comparando seu índice com os valores globais nessas duas esferas, constata-se uma inferioridade. A tabela a seguir demonstra essa comparação.

Tabela 4 - IDH de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil de 1970 a 2000

Esfera geográfica	IDH				
	1970*	1980*	1991*	1991**	2000**
Encruzilhada do Sul	0,406	0,629	0,646	0,677	0,760
Rio Grande do Sul	0,631	0,808	0,845	0,753	0,814
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,696	0,766

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

* Calculado pelo método utilizado no Atlas 1991.

** Calculado pelo método utilizado no Atlas 2000.

O IDH-M de Encruzilhada do Sul sempre esteve abaixo das médias gaúcha e nacional, comparado a outros municípios, situava-se próximo ao decil (10%) menos desenvolvido do estado em 1970, de 232 municípios o IDH-M de Encruzilhada era o 206^o. Já em 2000, o município, melhor posicionado, colocou-se pouco acima do quartil (25%) inferior do *ranking* gaúcho do IDH-M²⁴. Apesar de aparente melhora da situação em relação a outros locais, essa ainda é muito precária, ou seja, Encruzilhada do Sul continua sendo um dos municípios menos desenvolvidos do Rio Grande do Sul.

O município, que sofreu ao longo do século XX um processo de pauperização social e econômica, principalmente se comparado a muitos outros municípios do Rio Grande do Sul, defronta-se, na virada deste século, com uma nova situação de mudança em seu sistema socioeconômico. Precisam ser analisados ainda quais serão os resultados destas mudanças estruturais. Somente o passar dos anos confirmará se as mudanças sociais, políticas e econômicas sustentaram-se ao longo do tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características de uma comunidade não surgem em um vazio social, mas originam-se em um território historicamente estruturado. Desde as primeiras tentativas de colonização e planejamento territorial do município no período pós-jesuítico, o desenvolvimento em Encruzilhada do Sul ocorre de forma diferenciada de acordo com suas heterogeneidades socioambientais, apesar de ser uma unidade geográfica que num

²⁴ Cabe salientar que o posicionamento, ou ordenamento, dos municípios por um *ranking* de IDH-M pouco é modificado pela diferentes naturezas do cálculo.



primeiro olhar parece ser homogênea. Estudando a formação histórica do município, identificam-se claramente as diferenças e como elas surgem ao longo do tempo.

Na identificação das heterogeneidades espaciais e na delimitação de três zonas distintas, a Encosta da Serra e Planície do rio Camaquã são consideradas áreas privilegiadas em relação às demais em decorrência do solo mais fértil e plano e da utilização do rio Camaquã como meio de transporte e escoamento de bens, facilitando a troca dos produtos da região com os de outros locais. Os produtores desta zona sempre estiveram à frente no desenvolvimento de Encruzilhada do Sul, já que foram os primeiros a utilizarem as inovações tecnológicas da agropecuária. Na zona de campo na Serra, ocorre a trajetória mais instável entre as regiões selecionadas, os ocupantes desta área passam de caçadores de gado xucro a produtores de frutas, num processo de muitas mudanças, muitas delas inclusive decorrentes da própria degradação e empobrecimento do solo. A zona de mata, também localizada na Serra, é tida como a região de ocupação marginal do município, sendo povoada pela população excluída das dinâmicas desenvolvimentistas.

Desde o sistema agrário jesuítico, o território virou palco de disputa entre portugueses e espanhóis no período colonial. A região, situada no caminho entre o centro do Brasil e a região do Prata, ocupava uma posição estratégica no tráfego de mercadorias. A consequência de freqüentes batalhas pela disputa do espaço foi a formação de uma sociedade pecuarista e militarizada, baseada nos valores guerreiros e no uso irrestrito da autoridade. Os estancieiros enriquecidos com estas atividades passaram ainda a comprar escravos e, sob o consentimento da Coroa, ocupar o poder político local. Confirmando a formação de posições assimétricas na estrutura social de dominação e subordinação.

Apesar dos fortes laços sociais entre as famílias dos fazendeiros, reforçados através do comércio entre estâncias, os empregados, os agregados e os escravos, vivendo de forma dispersa, são impossibilitados de formar numerosos grupos e de se organizar, não tendo, conseqüentemente, suas tradições difundidas. A situação destes grupos é prejudicada com o cercamento das propriedades e as mudanças nas relações de trabalho no campo, obrigando muitas famílias a ocuparem áreas de utilização marginal e, eventualmente, venderem sua força-de-trabalho de forma temporária para os grandes produtores. Sendo que, politicamente, não havia como as classes inferiores alterarem sua situação de subordinação, decorrência da herança de um posicionamento conservador-liberal com ideais voltados à elite ruralista.

Referente à organização social, as iniciativas de associação e cooperativas entre agricultores de Encruzilhada do Sul são de dinâmicas temporárias e insustentáveis. Estas entidades, representativas de organização, são criadas em certos momentos de retomada do crescimento econômico, porém são desfeitas em momentos de crise. A intensificação da produção agrícola, exigindo do produtor uma preocupação constante com o seu rebanho ou com sua lavoura, rompe os laços sociais entre as famílias. O estabelecimento rural de produção caracteriza-se por ser de posse individual, não fugindo da responsabili-

lidade do próprio dono, mesmo com o aparecimento dos arrendamentos de terras.

Muitos produtores em pequena escala e com baixo incremento técnico foram se descapitalizando e empobrecendo com passar dos anos. Isto ocorreu principalmente com aqueles que, na segunda metade do século XX, com incentivos públicos e mercados em expansão, trocaram as culturas de subsistência pela monocultura intensiva quimicamente. Sendo esta a opção escolhida pela maioria, as crises posteriores nos mercados de grãos funcionaram como uma “armadilha”. Nos anos noventa com a abertura econômica, nem os tradicionais produtores de lã e de leite escaparam da falência. A consequência da inserção débil destes agricultores na economia capitalista foi o êxodo rural, principalmente da população de jovens, e o aumento considerável da incidência de pobreza.

A concentração de terras reforçada pelo modelo modernizador constitui-se num entrave estrutural a outro modelo de desenvolvimento, com outras formas de integração dos que trabalham e vivem no meio rural. A pobreza e a miséria aumentam no campo na mesma proporção em que se internacionalizam a produção, os produtos e as relações sociais na agricultura. Neste caso, nem os grandes produtores locais escaparam da crise, e a sua falência teve por consequência a miséria generalizada.

A consequência desses problemas foi a mudança recente no pensamento político conservador da população local. Com algumas barreiras hierárquicas derrubadas no final dos anos noventa, o poder público buscou, por exemplo, fortalecer a produção familiar municipal com políticas de assentamentos rurais, crédito ao pequeno produtor e disponibilização de assistência técnica.

Grande parte dos municípios da “Metade Sul” passou por um processo quase que idêntico ao de Encruzilhada do Sul, já que esses locais foram construídos socialmente dentro de um espaço e de um tempo comum. Na crítica das atuais mudanças da estrutura produtiva local, ao mesmo tempo em que se entende a implantação de novas atividades produtivas (silvicultura, fruticultura e extração mineral) como uma oportunidade de crescimento econômico e geração de emprego, colocam-se estas iniciativas como algo passageiro, utilizando mão-de-obra vinda de outros locais, explorando intensivamente os recursos ambientais e, principalmente, não alterando as históricas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACRI, Edison. *O Gaúcho: usos e costumes*. Porto Alegre: Grafosul, 1985.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: FEE, 1991_2001.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: PNUD, 1991_2000.
- AZAMBUJA, Darcy. Correntes Políticas. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Financiamentos e contratos realizados pelo PRONAF por município*. Brasília: 2001. Disponível em: <www.mda.gov.br/pronaf>. Acesso em 5 out. 2001.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CEEE e SECRETARIA DA CULTURA. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1998.

CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1975_1996.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991_2000.

COTRIM, Marcelo. *‘Pecuaría Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS*, 2003. Dissertação (UFRGS, Porto Alegre, 2003.)

EMATER/RS. *Relatório ações e resultados 2002*. Encruzilhada do Sul: 2003. mimeo

ENCRUZILHADADO SUL. Prefeitura Municipal. *Encruzilhada do Sul*. Encruzilhada do Sul: 2002.

FEE. *Produto Interno Bruto e Valor Agregado Bruto dos municípios gaúchos*. Porto Alegre: 2003. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em 2 nov. 2003.

FERREIRA, José R. C. *Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*, 2001. Dissertação (UFRGS, Porto Alegre, 2001.)

FIBGE. *Contagem da População 1996*. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 7 dez. 2003.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FONTOURA, Luiz F. M. *Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuaría da Campanha Gaúcha*, 2000. Tese de Doutorado (USP, São Paulo, 2000.)

FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE; *Documento – Dez anos de soja*. Porto Alegre: 1984.

GOULART, Jorge S. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958. V. XXIII, Rio Grande do Sul. p. 167-173.

INCRA/FAO. *Guia metodológico – diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

IPAGRO. *Atlas agroclimático do Rio Grande do Sul*. v. II. Porto Alegre: 1989. Banco de Dados.

- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- KLIEMANN, Luiza H. S. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KREMER, Alda C. Panorama da educação. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 259-283.
- LESSA, Barbosa. Danças Regionais. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 199-206.
- MAQUIAVEL, Nicoló B. *O príncipe*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MAZOYER, M. & ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- MEDEIROS, Laudelino. As cidades. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 89-107.
- NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PALAZZO, José T. A economia. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 155-174.
- PESAVENTO, Sandra J. *A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.
- PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PGDR, *Evolução e transformação da agricultura e desenvolvimento sustentável: contribuições para a concepção e implementação de políticas públicas para a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2001. (Projeto de Pesquisa)
- PGDR, *Síntese de saída de campo – Encruzilhada do Sul*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2003. mimeo
- PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872_1920.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1960_1980.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1940_1950.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Levantamento dos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ago. 2001. mimeo
- ROCHE, Jean. A colonização alemã. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 129-143.
- SAA e CNPT, *Macrozoneamento agroecológico e econômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto

Alegre: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul; Centro Nacional de Pesquisa do Trigo, 1994. v.1 e v.2.

SOUZA, Sérgio T. *Utilização da reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários no aprimoramento do processo de planejamento estratégico participativo da EMATER-RS: estudo de caso do município de Dom Feliciano*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Monografia de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)

STRECK, E. V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLAMT; E. NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P. *Solos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

TARGA, Luiz Roberto P. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, L. R. P. (org.) *Breve Inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

UNIJIÚ. *Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul*. Ijuí: 2002. (Relatório de Pesquisa)

Recebido para publicação em 28/05/04

Aceito para publicação em 05/11/04